

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 103.113 - MG (2018/0242687-4)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
RECORRENTE : FILIPE SCHEIFFER DOS REIS SILVA (PRESO)
ADVOGADO : WELLINGTON DE OLIVEIRA LIMA - MG130029
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por FILIPE SCHEIFFER DOS REIS SILVA em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais que denegou o *writ* originário, assim ementado (fl. 136):

HABEAS CORPUS - TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO - CONVERSÃO DO FLAGRANTE EM MEDIDA CONSTRITIVA - REVOGAÇÃO - INVIABILIDADE - PRESENTES OS REQUISITOS DOS ARTS. 312 E 313 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - GRAVIDADE CONCRETA - INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL - ORDEM DENEGADA.

- Adequada se mostra a manutenção da prisão provisória imposta ao paciente acusado da prática de tráfico de drogas, delito gravíssimo e de cunho hediondo, por restarem atendidas as prescrições legais afetas ao caso, estando à constrição cautelar devidamente fundamentada pelo juízo a quo.

- Apontam-se, por ora, a inaptidão das medidas cautelares diversas da prisão, bem como, a necessidade de conservação da segregação cautelar para a preservação da ordem pública ameaçada pelos agentes do tráfico de drogas.

No recurso, requer-se a revogação da prisão preventiva ou a aplicação das medidas alternativas à prisão previstas no art. 319 do Código de Processo Penal, com a alegação de ausência dos seus requisitos autorizadores, elencados no art. 312 do Código de Processo Penal e de desproporcionalidade da medida.

O recorrente foi condenado pela prática do crime de tráfico de drogas, tipificado no art. 33 e 35 da Lei n. 11.343/2006.

A liminar foi indeferida.

As informações foram prestadas.

O Ministério Público manifestou-se por negar provimento.

Na origem, processo n. 0236831-52.2018.8.13.0145 encontra-se na fase de apelação, conforme informações processuais eletrônicas disponíveis em 11/2/2019.

É o relatório.

DECIDO.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

No curso deste *writ*, sobreveio sentença condenatória que, no que diz respeito a prisão preventiva, restou assim fundamentada (fl. 215 com destaque):

[...]. Por ter permanecido preso preventivamente durante a instrução processual, subsistindo motivos para segregação cautelar, além da determinação do regime fechado para início de cumprimento de pena, nego a RAMON o direito de recorrer em liberdade, o que concedo a FILIPE, embora tenha permanecido preso preventivamente durante instrução, tendo em vista a natureza da pena aplicada. [...].

Já a decisão que decretou a prisão preventiva assim dispôs (fls. 103/104 com destaque):

[...]. Desta forma, compete ao Magistrado, ao ser comunicado da prisão em flagrante, verificar a observância dos preceitos legais e das garantias individuais do preso. A prisão dos mesmos é totalmente legal. Para a decretação da prisão preventiva devem estar presentes requisitos de prova da materialidade e indícios de autoria, bem como ao menos um dos pressupostos do art. 312, do CPP. Com efeito, está estampada a materialidade do fato delituoso, sub judice, pelo REDS de f. 13/16, auto de apreensão de f. 17/18 e laudos toxicológicos preliminares de f. 21/22 e 25/28, que apontam substâncias como sendo cocaína - crack, de massas aferidas em 10,64g, 23,48g e 663,80g, respectivamente acondicionadas em 33 (trinta e três), 02 (das) e 02 (dois) porções/unidades, além dos cinco (05) frascos de ácido bórico - laudo de f. 23/24, totalizando 6.040,00g. Quanto à autoria, cediço que neste momento não é necessário existência de prova, mas simplesmente indícios, que se encontram presentes pelas declarações dos policiais responsáveis pela prisão, de grande valia nesses delitos, elucidando a forma como se desenrolou a ação e apreensão de quantidade considerável de drogas e materiais afins, o que seguramente denota traficância, mormente diante da já deflagrada e robusta investigação em face de ambos, com também possibilidade de associação a terceiro tido como líder do ponto de vendas do local. No caso presente há, ainda, que se reconhecer, a inegável recorrência de tal modalidade delitiva por toda cidade, sobretudo, com fins de prática de crimes de maior envergadura. Não há qualquer comprovação de labor ou residência nos autos, pois apenas há declarações dos próprios quando do

APFD. Também, Ramom já se encontra sob execução de pena como demonstra CAC de f. 29, sendo fácil aferir ainda tinha dívida com a sociedade, podendo-se deduzir com segurança estar sob cumprimento de regime aberto ou até mesmo livramento condicional, ambos impedindo praticar qualquer tipo de delito, ou até mesmo não delito, quais sejam, comportamento diverso daquelas condições que são impostas a ambas as modalidades, isto é, regime aberto ou livramento condicional. Por seu turno, embora somente ostentando TCO por delito de trânsito Filipe ao que já noticiado nos autos teve participação direta em todo o evento praticado pelo anterior, aderindo a todas as condutas daquele, não podendo a sociedade ficar à mercê de reincidentes, sob o manto da política tentada fazer por alguns operadores do Direito, da liberdade ser a sublimação para qualquer ato, ao contrário, quem não se porta com o mínimo que os demais pares da sociedade espera, deve dela ser apartado face a nocividade que potencialmente já apresenta para ela, e neste caso vejo isto patente. Também de chamar atenção neste feito que Policiais já estavam trabalhando sobre vigilância atinente as pessoas autuadas, não sendo pilhadas eventualmente, tudo derivando de anterior trabalho investigativo. De também realce a grande variedade de materiais apreendidos, alguns já caracterizados realmente drogas, e outros semelhantes, mais precisamente usados para refino e aumento da quantidade das primeiras, tudo totalizando, nada mais nada menos que 6.737,92 kg, quantidade bastante expressiva, que sabemos quando comercializadas o são em apenas gramas ou até mesmo menos que uma unidade de grama, bastando em simples cálculo aritmético primário se ter resultado daria para mais de 6.700 unidades de drogas, que colocadas no mercado e a venda causa verdadeira.[...].

Como se vê, consta na decisão de prisão narrativa fática que aponta a gravidade concreta da conduta criminosa, em face da expressiva quantidade de droga apreendida, qual seja, 6.737,92 kg de cocaína. Além disso, consta reiteração delitiva (fl.103), o que constitui base empírica idônea para a custódia.

Pacífico é o entendimento nesta Corte Superior de que, embora não sirvam fundamentos genéricos (do dano social gerado por tráfico, crime hediondo, ou da necessidade de resposta judicial) para a prisão, podem a periculosidade e riscos sociais justificar a custódia cautelar no caso de tráfico, assim se compreendendo a especialmente gravosa natureza ou quantidade da droga. Nesse sentido: HC n. 291125/BA – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 3/6/2014; AgRg no RHC n. 45009/MS – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Rogério Schietti Cruz – DJe 27/5/2014; HC n. 287055/SP – 5ª T. – unânime –

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2612 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019 Publicação: Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019

Rel. Min. Moura Ribeiro – DJe 23/5/2014; RHC n. 42935/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Sebastião Reis Júnior – DJe 28/5/2014.

Esta Corte tem compreendido que a periculosidade do acusado, evidenciada na reiteração delitiva, constitui motivação idônea para o decreto da custódia cautelar, como garantia da ordem pública. Nesse sentido: HC n. 286854/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Felix Fischer – DJe. 1º-10-2014; RHC n. 48002/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 4/8/2014; RHC n. 44677/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 24/6/2014.

Ademais, havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator